

Principais Deliberações da Plenária Estatutária da FASUBRA

Após intenso debate sobre a conjuntura internacional e nacional foram apresentadas propostas e encaminhamentos para a luta da FASUBRA no período, conforme segue:

1) Realização do Dia Nacional de Lutas, com paralisação nas universidades - por efetividade na negociação com o Governo Federal e, apoio à greve das estaduais paulistas;

2) Realizar Seminário Nacional de Carreira até o final do ano - O Seminário deverá ser precedido de debate na base promovido pelas entidades de base;

3) CAMPANHA SALARIAL EMERGENCIAL 2015 E 2016

- Lançamento imediato de uma Campanha Salarial, considerando que as medidas de impacto financeiro do Acordo da última greve termina em 2015 e é necessário pensar ações em médio prazo para a obtenção de reajustes salariais, com avanço no piso e step;
- Luta emergencial, efetiva e incisiva pelo reajuste dos benefícios, em especial do auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio saúde, visto que não há impedimento pela lei eleitoral;
- Cobrança do governo de prazos para fechamento do processo negocial dos resultados dos trabalhos dos GTs.
- Avanço na proposta de Racionalização de cargos.
- Cobrar do MEC o levantamento da repercussão financeira e cumprimento da posição daquele Ministério quanto ao reposicionamento dos aposentados e progressão por capacitação.
- Abertura de agenda emergencial da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, para discutir o aprimoramento da carreira, antecedido por reunião da direção da FASUBRA com os membros integrantes da Comissão, para debater a linha a ser defendida na CNSC.
- Realizar um Grande Ato político para reafirmar a identidade do Técnico cuja maior conquista foi o reconhecimento da **identidade dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das Universidades brasileiras e a construção da carreira**.
- Solicitar ao DIEESE levantamento técnico dos índices adquiridos nos três últimos anos em comparação com a inflação;
- Estudo, Pesquisa e publicação do novo perfil da categoria, instrumentalizando a FASUBRA e a base de uma radiografia da nova realidade dos técnico-administrativos das universidades.
- Participar do fórum contra terceirização e contra o PL 4330;
- Lutar, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo público federal pela aprovação da PEC 271/2013, - isonomia do auxílio alimentação, cobrando do governo, de forma emergencial, no mínimo o reajuste já previsto no orçamento de 2014. Desenvolver também campanha junto aos parlamentares pela aprovação da PEC 271.
- Consulta a assessoria jurídica sobre viabilidade de incorporação dos adicionais de insalubridade e periculosidade nos proventos de aposentadoria;
- Indicar às entidades de base a participação nos eventos de aposentados do Movimento UNA-SE, que acontecerão nos estados.

4) EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES

- Priorizar essa bandeira de Luta no Congresso nacional, com campanhas que deem visibilidade à mesma.
- Lutar pela inclusão da paridade também na representação nos conselhos de deliberação superior nas IES;
- Participar ativamente das atividades do Fórum Nacional da Educação, no qual a FASUBRA tem representação e indicar às entidades de base a participação da mesma maneira, de modo a incrementar a defesa de nossas propostas nestes espaços.
- Participar da CONAE - Conferência Nacional de Educação em 19 a 23 de novembro e levar documentos reafirmando a defesa das emendas apresentadas ao PNE. Orientar as entidades de base a comunicarem quais irão participar, para que possamos organizar reunião prévia sobre nossa intervenção.

5) ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

- Enviar documentos aos candidatos à Presidência da República apresentando a Plataforma de Luta dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras, ainda no mês de setembro.
- Destacar a prioridade na luta pela regulamentação da negociação coletiva com definição da data base.
- Detalhar a situação dos trabalhadores das Universidades, com relação ao menor piso do serviço público federal e a diferença nos valores dos benefícios.

Relatório da Reunião da FASUBRA com o MEC - 14 de AGOSTO

A reunião tratou dos diversos pontos em negociação entre a Fasubra e o Governo, onde buscaram a efetividade no processo negocial estabelecido no pós greve. Foram debatidos 17 pontos:

1) Democratização:

O MEC inicia propondo a realização de um seminário envolvendo os diversos setores das universidades, em uma construção política. A FASUBRA contra argumentou que essa não era a construção que vinha-se fazendo nas últimas semanas, e que no âmbito da Sesu e Fasubra o debate estava sendo sobre a forma de encaminhar a paridade, se por medida provisória ou projeto de lei. Ainda, que a tarefa de construção de mediações com a Andifes não podia ser condicionante, considerando as manifestações já conhecidas e que a Andifes faltou às reuniões do GT democratização.

Quanto à sugestão do Governo de que fosse construído um PL sobre o tema, e que o MEC acompanharia, a representação da Federação informou que isso já foi feito desde de 2006, quando foi apresentado o Projeto de Universidade "Universidade Cidadã para os Trabalhadores" no PL 7398, apensado ao 4212/04, por sua vez apensado ao 4533/12, e que tramita naquela casa, além de ter sido resgatado no debate do GT democratização. A representação do Governo informou que vão analisar o PL 7398/06 da FASUBRA, solicitar reunião com o relator, e se houver acordo com o MEC, externarão um parecer favorável.

2) Sobre a reivindicação de adoção de 30 horas

A representação da Fasubra reafirmou a expectativa de que o governo no mínimo responda ao questionamento apresentado formalmente.

O Governo manifestou seu entendimento de que é possível, mas com restrições para não estender a todos os servidores, em sua opinião dentro do estabelecido na lei. Foi exposto pela FASUBRA que a lei permite a extensão em turnos contínuos, que o MEC e os órgãos de controle é que estão intervindo, e que não há impeditivo legal para a extensão das 30h.

O Governo expôs que encaminhará posteriormente resposta ao questionamento protocolado pela FASUBRA.

3) Racionalização Segue intensa a resistência do MPOG, e que as possibilidades de avanço serão apresentadas na próxima reunião da CNSC, dia 27 de agosto.

4) Aposentados O Governo entende que a contagem da carga horária (reconhecimento da titulação em atividade) tem impacto financeiro pequeno, mas aguarda levantamento do MPOG, sobre impacto em outras carreiras, podendo dar retorno em até 30 dias.

5) Suspensão do processo judicial no STJ Foi cobrada novamente a suspensão, e que o próprio ministro do STJ já havia manifestado concordância, bastando para tanto que AGU e MEC concordem com a suspensão. O governo afirmou que quando a solicitação chegar na AGU, o MEC toma ciência e encaminha.

6) Orientações Normativas 15 e 16/2013 - aposentadoria especial (insalubridade) O governo reconheceu que não dá para retroagir aposentadorias, é direito adquirido, e estão providenciando alterações com planejamento e TCU.

ON 16 permanece o problema referente ao reconhecimento dos setores que são insalubres, restringindo por ON os direitos reconhecidos legalmente. O governo responde que farão revisão.

7) Reabrir período de adesão ao PCCTAE de quem está no PUCRCE - O MEC tem acordo, e encaminhará na CNSC;

8) Revisão anual do Piso e step em abril - A representação do MEC afirmou que isso é data-base e que este ponto é para debate no MPOG, podendo contar nesse caso com a participação do MEC nas reuniões. A FASUBRA questionou que tem integrantes do PCCTAE, carreira do MEC, que isto relaciona-se à valorização da carreira, e que está discutindo isso no âmbito da Sesu, mas não houve avanço nesse ponto.

9) Não redução salarial nos casos de mudança de cargo, por concurso, dentro do pcctae, enquadrando em nível financeiramente equivalente.

O Governo iniciou externando que considera equivocada a posição da FASUBRA, e injustificável. Entidade argumentou que há base legal no RJU, e que se trata de mudança de cargos por concurso dentro da mesma carreira, portanto não pode haver um desestímulo ao processo de qualificação dos tae, que estariam sujeitos à redução salarial se buscassem cargos mais adequados à formação conquistada.

Ao final, o Governo informa que está em análise jurídica e que não assume posição agora, ficando a questão para seguir também na CNSC.

10) Contagem da carga de disciplinas isoladas para capacitação.- O MEC encaminhará favorável.

11) Art. 30 da Lei 12772 e reconhecimento de títulos também encaminharão favorável.

12) Perseguições políticas afirmam que são contra, e que a FASUBRA apresente casos. A direçõ da FASUBRA citou o longo processo de dossiês que foi encaminhado e que não gerou resultados, necessitando de mediações políticas, e que revisem o pleito, além de que sejam atualizados os dossiês.

13) Ebserh Governo reafirma sua política via Ebserh. Quanto aos questionamentos da FASUBRA(situação de financiamento e concurso dos hu's) responderão até o fim do mês.

14) Creches Governo recusou a reivindicação da categoria, alegando política de município. A FASUBRA questionou os valores irrisórios pagos no auxílio pré-escolar, e a falta de condições dignas para as crianças e as mães e pais trabalhadores, mas o ponto encerrou sem avanços.

15) Liberação sindical Governo não tem encaminhamento agora, e MEC verá com Berzoini como estão as propostas.

16) Reunião da CNSC dia 27agosto tendo nas suas atribuições implantar o Plano Nacional de Capacitação MEC manifestou acordo.

17) Questionamento sobre a existência de orientação para ponto eletrônico a representação do governo respondeu que não há instrumento do MEC comunicando obrigatoriedade.